

Território, Territorialização e Territorialidades: um estudo nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha em Campo Mourão - PR

ANDRIELI ARIANE BORGES AVELAR HALATENO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

WILLIAM ANTONIO BORGES BILL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

Território, Territorialização e Territorialidades: um estudo nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Campo Mourão - PR

Resumo:

O objetivo deste artigo é compreender o processo de territorialização dos moradores dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1, em Campo Mourão - PR. Para alcançar tal objetivo foi utilizada uma perspectiva territorial integradora, considerando as dimensões política, econômica, cultural e socioambiental. O estudo foi de natureza qualitativa, com análise documental e realização de entrevistas semi-estruturadas. Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Constatou-se que os atores sociais produziram estes territórios privilegiando aos interesses da iniciativa privada, negligenciando diversos aspectos territoriais e gerando segregação. Os moradores contemplados pelo Programa territorializaram estes empreendimentos, porém, precisam adaptar-se constantemente às adversidades causadas pela localização periférica e falta de serviços e equipamentos urbanos de qualidade nos empreendimentos.

Palavras-chave: Territorialização. Programa Minha Casa Minha Vida. Segregação.

Introdução

No campo dos Estudos Organizacionais, os trabalhos sobre território, territorialização e territorialidade têm ganhado notoriedade, pois permitem uma melhor compreensão sobre a relação entre a sociedade e os espaços criados. Para além dos elementos físicos, o território contém aspectos simbólicos, culturais, que são construídos através das interações humanas com o espaço geográfico ao longo do tempo, refletindo valores, crenças e histórias que moldam a identidade coletiva de uma sociedade ou comunidade.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma importante política pública que visa reduzir o déficit habitacional brasileiro, embora tenha sido formulado como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atendendo o objetivo de dinamizar a economia, promovendo a geração de empregos na construção civil. Desde seu lançamento, em 2009, o Programa passou por diversos ajustes, correções, redesenhos e atualizações de valores de subsídios, bem como de alterações nas faixas de renda dos beneficiários e nas modalidades do Programa (MOREIRA; EUCLYDES; MARTINS, 2019). Conforme Brasil (2020), no período entre 2009 e 2020, foram produzidas e entregues 5.162.407 milhões de unidades habitacionais pelo PMCMV, que beneficiam diversas famílias - inclusive a população de baixa renda, até então desconsiderada pelas políticas habitacionais anteriores. No entanto, o Programa recebe críticas por reproduzir a segregação nas cidades.

Os principais aspectos segregacionistas mencionados nos estudos realizados sobre o PMCMV referem-se à localização periférica dos empreendimentos e ausência de equipamentos urbanos necessários para o dia a dia dos moradores (CALIXTO; REDÓN, 2021; CORRÊA, 1989; DOURADO; SOBRINHO, 2020; RODRIGUES et al., 2024; ROLNIK et al., 2015).

Adotando os conceitos de território, territorialização e territorialidade, debatemos o processo de produção desses empreendimentos. Utilizamos uma perspectiva integradora de território, abordando as dimensões política, cultural, econômica e socioambiental (HAESBAERT, 2004, 2023), e consideramos que a produção do território ocorre por meio de ações realizadas por diversos atores – Estado, construtora, Caixa Econômica Federal, sociedade civil – que manifestam relações de poder de forma assimétrica (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, este artigo possui o objetivo de compreender o processo de territorialização dos moradores dos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, em Campo Mourão - PR.

Destaca-se que os territórios não são imutáveis (SOUZA, 2012). Assim os territórios produzidos pelo PMCMV estão em constante movimento, sofrendo transformações,

desconstruindo-se ao passo que se reconstróem, fisicamente e simbolicamente (DAMASIO FILHO, 2018; HAESBAERT, 2007; SILVA et al., 2016). As apreensões das relações sociais ocorrem considerando o contexto sócio-histórico e espaço-temporal (RAFFESTIN, 1993) para que a análise da territorialização seja possível.

Este artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução. A seguir apresentamos os preceitos teóricos sobre território, territorialização e territorialidade. A terceira seção ilumina o PMCMV e a segregação. A quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A quinta seção se ocupa da leitura sobre a territorialização dos moradores nos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, no município de Campo Mourão – PR. Por fim, a sexta seção aborda as considerações finais.

Território, Territorialidades e Territorialização

Os conceitos de território, territorialização e territorialidade são adotados para compreender a relação entre a sociedade e seu espaço. Apesar de originados na área da Geografia, por se referirem à espacialidade humana, são utilizados em outras áreas do conhecimento. Na Ciência Política foca-se especialmente no que se refere ao Estado, já na Antropologia a atenção é voltada para as relações das sociedades tradicionais (HAESBAERT, 2007). Nos Estudos Organizacionais há a problemática sobre as questões de território, territorialidade e territorialização como processos alternativos de organização (DAMASIO FILHO, 2018).

Devido a esta interdisciplinaridade adquirida pelos conceitos, diferentes perspectivas podem ser utilizadas. Para esta pesquisa utilizamos uma perspectiva integradora de território que, de acordo com Haesbaert (2004), deve abordar as dimensões política, cultural, econômica e socioambiental (HAESBAERT, 2023). A dimensão política refere-se às relações de poder em geral e às relações de espaço poder institucionalizadas. A dimensão cultural, mais subjetiva, prioriza os aspectos simbólicos, ou seja, o território é visto como produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. A dimensão econômica enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, considerando o território como fonte de recursos, incorporado-o no embate entre classes sociais e na relação trabalho capital (HAESBAERT, 2009). Por fim, a dimensão socioambiental considera as condições naturais, ecológicas e ambientais do território (HAESBAERT, 2023).

Outro ponto é a historicidade do conceito. O território pode ter uma perspectiva histórica ampla e generalizável que abrange o percurso histórico da humanidade, ou delimitada por um período ou por grupos sociais, considerando sua relação sócio-histórica (HAESBAERT, 2004). Utilizamos a segunda perspectiva, pois ao analisar os empreendimentos do PMCMV, faixa 1, no município de Campo Mourão-PR, é necessário delimitar o período histórico e os grupos sociais presentes nesse processo de territorialização.

Consideramos que o território é uma construção coletiva e multidimensional (SAQUET, 2009). Deste modo, ele é constituído por meio de ações realizadas por atores sintagmáticos, que manifestam relações de poder (RAFFESTIN, 1993) e não deve ser visto apenas como um objeto em sua materialidade, nem como um mero conceito elaborado pelo pesquisador, mas deve abarcar todos os aspectos: cultural, político, econômico e socioambiental (HAESBAERT, 2004; HAESBAERT, 2023). Assim,

Território, então, pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. Nem apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado e/ou apropriado, nem apenas um espaço moldado na imbricação com a natureza, o território seria, sobretudo, um espaço político revelador de limites – tanto de limites

como fronts/fronteiras das lutas por des-ordenamento da complexa e desigual sociedade dos humanos quanto dos limites impostos a todo o conjunto da vida terrestre cuja existência, profundamente articulada, está em risco (HAESBAERT, 2023, p. 6).

Baseado na definição apresentada por Haesbaert (2023), podemos afirmar que o território é construído (e construtor) de relações de poder, no entanto, ele não deve ser vinculado somente ao Estado. O poder se expressa por meio de uma relação social e o território origina-se da expressão espacial dessa relação, deste modo, o território constitui-se por meio de relações sociais, de poder e dominação, (SILVA et al., 2016) que implica na territorialização e na(s) territorialidade(s).

A territorialização refere-se à identificação, apropriação e construção de um ou mais territórios por parte dos indivíduos e de grupos sociais. Entende-se que a territorialização ocorra conforme as transformações circunscritas pela produção do espaço por parte de variados agentes. Este processo é instaurado pelas motivações afetivas e simbólicas, enquanto dinâmica política permeada por conflitos de interesses (DAMASIO FILHO, 2018).

A territorialidade é a forma de identificação dos indivíduos e de grupos sociais com um ou mais território, podendo ocorrer de forma física (material) ou simbólica (imaterial). Assim, ela corresponde às ações humanas, as tentativas de controlar, influenciar e afetar objetos, pessoas e relações em um território (CANDIOTTO; SANTOS, 2004; DAMASIO FILHO, 2018; SAQUET, 2009).

Acrescenta-se a este debate o fato dos territórios não serem imutáveis. Os territórios podem surgir por meio de escalas temporais, podem formar-se e dissolver-se de modo rápido (horas, dias, semanas) ou longo (anos, décadas, séculos), bem como podem ser instáveis ou estáveis, existindo de forma periódica ou regular (SOUZA, 2012). Partindo-se desta afirmação, vem à tona o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) mencionado por Haesbaert (2007) que refere-se à criação e desaparecimento de territórios.

O movimento T-D-R é gerado de modo dialético, em um processo de relações sociais que envolve a perda e a reconstrução dessas relações. Deste modo, além da identificação e apropriação do território por um indivíduo ou grupo de indivíduos (territorialização), há também o processo de desterritorialização e reterritorialização destes territórios. A desterritorialização refere-se ao movimento de saída de um indivíduo ou grupo de indivíduos de um determinado território, podendo ser de forma física, bem como pela perda de significados do território. O movimento de reterritorialização refere-se ao mecanismo de readaptação dos indivíduos a um novo território, ou a um mesmo território que sofreu modificações por algum aspecto causando-lhe mudanças espaciais, simbólicas e físicas. (DAMASIO FILHO, 2018; HAESBAERT, 2007; SILVA et al., 2016)

Nos Estudos Organizacionais há pesquisas que vinculam o PMCMV com a (re)configuração do espaço urbano e do território. Algumas dessas pesquisas são: (a) “O processo de territorialização a partir de uma política pública: o caso dos moradores contemplados pelo PMCMV no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no distrito de Floriano-PR” de autoria de Silva et. al. (2016); (b) AUTOR (2020). Removido para avaliação cega.; (c) “O programa Minha Casa Minha Vida e as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R): uma análise do condomínio residencial Irajá, no distrito de Iguatemi, em Maringá -PR” de autoria de Damasio Filho (2018).

Neste trabalho, focaremos no movimento de territorialização de dois empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), faixa 1, no município de Campo Mourão-PR. Assim, o intuito é compreender como os moradores dos empreendimentos se identificaram e se apropriaram dos respectivos territórios. A seguir, realizamos um resgate histórico sobre o Programa.

O Programa Minha Casa Minha Vida e a Segregação

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é uma política pública com dupla finalidade: econômica e social. Possui um viés econômico, pois foi lançado como uma medida anticíclica para minimizar a crise financeira iniciada nos Estados Unidos e aquecer a economia nacional (BRASIL, 2010). Também apresenta um viés social, pois é uma política pública habitacional voltada para a população de baixa renda, que objetiva reduzir o déficit habitacional do país (LOUREIRO; MACÁRIO; GUERRA, 2013; ROLNIK et al., 2015).

Essa importante política sofreu diversas alterações ao longo de seus 15 anos de vigência. O Governo Federal redesenhou o PMCMV inúmeras vezes, realizou ajustes e correções em termos de especificações técnicas das unidades e dos conjuntos habitacionais, atualização dos valores e subsídios, alterações nas faixas de renda dos beneficiários e nas modalidades do Programa (MOREIRA; EUCLYDES; MARTINS, 2019).

Durante todas as fases do PMCMV a distribuição das habitações ocorre conforme a faixa de renda familiar. As famílias podem pertencer a três faixas de renda, conforme apresentado na tabela 1, sendo nosso foco a faixa 1, pois é ela que contempla as famílias com até três salários mínimos - que compõe o maior déficit habitacional do país, e que historicamente foi desconsiderada por outras políticas habitacionais (SILVA, 2017). A seguir relatamos as fases do Programa com suas principais alterações.

Tabela 1: Faixa de renda PMCMV – fases 1, 2 e 3

Faixa	Renda familiar mensal Fase 1	Renda familiar mensal Fase 2	Renda familiar mensal Fase 3 (2016)	Renda familiar mensal Fase 3 (2019)
Faixa 1	0 a 3 salários mínimos	Até R\$1.600,00	Até R\$1.800,00	Até R\$1.800,00
Faixa 1,5	Faixa inexistente no período	Faixa inexistente no período	De R\$1.800,01 a R\$2.350,00	De R\$1.800,01 a R\$2.600,00
Faixa 2	3 a 6 salários mínimos	De R\$1.600,01 a R\$3.100,00	De R\$2.350,01 a R\$3.600,00	De R\$2.600,01 a R\$4.000,00
Faixa 3	6 a 10 salários mínimos	De R\$3.100,01 a R\$5.000,00	De R\$3.600,01 a R\$6.500,00	De R\$4.000,01 a R\$9.000,00

Fonte: Amore (2015), Rolnik et al. (2010), Caixa Econômica Federal e Leonardo (2017), adaptado pelos autores

Nas fases 1 e 2 o PMCMV era uma das prioridades do Governo Federal. Ainda assim, na fase 1, apenas 40% das 1 milhão de unidades habitacionais contratadas foram destinadas para a população com renda de até três salários mínimos (faixa 1), demonstrando um desalinhamento entre a política e o déficit habitacional no período (AMORE, 2015; KLINTOWITZ, 2015; SILVA, 2017). Na fase 2, esse desalinhamento foi ajustado, a faixa 1 passou a ser priorizada e recebeu 60% das 2,7 milhões de unidades habitacionais contratadas. (AMORE, 2015; ROLNIK et al., 2010).

Na fase 3, o PMCMV sofreu um retrocesso. Essa fase ocorreu em meio a mudanças no cenário político brasileiro e o Programa deixou de ser uma prioridade do Governo Federal. Assim, foram realizadas restrições orçamentárias, repactuação de metas, aumento na renda das faixas beneficiadas e redução significativa na quantidade de unidades habitacionais destinadas à faixa 1. O Programa passou por momentos de incertezas quanto a sua continuidade até ser substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), em 2020 (MOREIRA; EUCLYDES; MARTINS, 2019), em um governo de extrema direita.

Durante sua vigência, o PCVA não priorizou as famílias da faixa 1, neste período denominada grupo 1. Conforme dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC, 2022), o Programa contratou 56.129 unidades habitacionais para o grupo 1 em

2021 e 39.778 em 2022, correspondendo respectivamente a 23% e 17% do total das contratações.

Em 2023, há uma nova alternância no Governo Federal, com o retorno de um governo progressista, construído a partir de uma frente ampla (de centro-esquerda) e o Programa volta a ser denominado de PMCMV. Nessa nova fase houve as seguintes modificações: aumento da faixa de renda, ampliação do valor do imóvel, redução das taxas de juros do financiamento do imóvel e aumento do subsídio para a faixa 1 do Programa (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023). Nota-se que as alternâncias de governo impactam diretamente sobre a forma de atuação do Programa, e em maiores ou menores benefícios para a faixa 1.

O debate que envolve os empreendimentos do PMCMV não é novo. No entanto, considerando a quantidade de unidades habitacionais produzidas em um curto período de tempo – no período de 2009 a 2020, conforme Brasil (2020), foram contratadas 6.075.704 milhões de unidades habitacionais e entregues 5.162.407 milhões - o Programa promove transformações expressivas, intensificando as desigualdades socioespaciais observadas nas cidades (CALIXTO; REDÓN, 2021).

A principal crítica ao PMCMV é quanto à localização dos empreendimentos, pois reproduz a segregação. O Programa permite o protagonismo por parte da iniciativa privada na proposição de projetos e seleção de terrenos, sendo este um fator determinante para a reprodução do padrão periférico da moradia da população de menor renda. A construção das unidades habitacionais ocorre em regiões periféricas das cidades, em áreas descontínuas ao tecido urbano, muitas vezes de expansão recente do perímetro, pois a terra é mais barata e com o mínimo de infraestrutura. Assim os proprietários imobiliários, incorporadores e construtoras maximizam seus lucros. Ao mesmo tempo, essa dinâmica amplia as desigualdades e reproduz o padrão de segregação nas cidades (CALIXTO; REDÓN, 2021; CORRÊA, 1989; DOURADO; SOBRINHO, 2020; ROLNIK et al., 2015).

Pesquisas publicadas nos últimos anos demonstram que não houve grandes avanços quanto a estes aspectos. Os estudos de Barbosa e Ferreira (2017), Dourado e Sobrinho (2020), Pacheco, Kawanishi e Scheffer (2021), Martins, Oliveira e Santos (2021) e Rodrigues et al. (2024) apontam para o processo de periferização ocasionado pelo PMCMV, ressaltando a localização periférica dos empreendimentos, bem como a falta de equipamentos urbanos que proporcionem uma vida digna aos moradores destas localidades. Deste modo, o PMCMV reproduz a segregação.

A segregação se externaliza nas cidades pela diferenciação espacial. Trata-se de um fenômeno que se manifesta no espaço urbano e possui potencial de desencadear mecanismos de reprodução da pobreza e das desigualdades sociais (CALDEIRA, 2003; CHAVES, 2020; RIBEIRO et al., 2016). A segregação pode configurar-se de diferentes formas, sendo uma delas a segregação residencial. Esta refere-se à posição espacial dos grupos sociais na cidade ou à organização do território urbano com relação a composição social, analisando a homogeneidade ou heterogeneidade social e designando as desigualdades sociais de cada área (RIBEIRO, 2003; SABATINI; SIERRALTA, 2004).

A segregação residencial representa uma relação de poder construída socialmente. Por meio dessa relação de poder, as classes de maior poder aquisitivo apropriam-se da cidade como um recurso, determinando onde a população de menor renda deve residir (AUTOR, 2022). Assim, poucos conseguem acesso à habitação, serviços e equipamentos que possibilitem uma boa qualidade de vida, pois a população com menor poder aquisitivo é alocada em áreas com deficiências nos atendimentos públicos, longe de serviços educacionais, comércio e com dificuldade de acesso por transporte coletivo para os diversos pontos da cidade (GALVÃO, 2007).

Na sociedade capitalista, o termo segregação enuncia problemas de ordem social, pois os valores igualitários são a base da cultura compartilhada e o mercado é o mecanismo central

de ordem social (RIBEIRO, 2003). Desta forma, a segregação torna-se um conceito-chave na análise das consequências das políticas habitacionais, pois a intensidade da divisão do território em áreas socialmente distintas é diretamente proporcional às disparidades sociais da cidade (SOUZA; BARBOSA, 2014).

Procedimentos Metodológicos

Visando atingir ao objetivo proposto, a presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Para Denzin e Lincoln (2018), esse modo de realizar pesquisa visa a compreensão interpretativa da experiência humana, em consonância com os pressupostos teóricos adotados. Deste modo, adequa-se a proposta de compreender o processo de territorialização nos empreendimentos estudados, pois faz-se necessário apreender as experiências dos indivíduos e grupos sociais que ali habitam.

O estudo foi realizado em Campo Mourão-PR. Trata-se de um município localizado no Centro-Oeste paranaense, a 477 quilômetros de Curitiba, com uma população estimada de 99.432 habitantes em 2022 (IBGE, 2022). Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Regional (2021), Campo Mourão aderiu ao PMCMV logo após seu lançamento. No período de 2009 a 2020, foram contratadas 4.817 unidades habitacionais pelo Programa, sendo 1.260 delas destinadas à faixa 1. Tais unidades pertencem ao Moradias Avelino Piacentini e ao Residencial Fortunato Perdoncini. O estudo foi realizado nessa faixa, pois, historicamente, o déficit habitacional brasileiro concentra-se entre as famílias que recebem até três salários mínimos (AMORE, 2015).

Para a coleta dos dados realizamos a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas. Em um primeiro momento, realizamos a pesquisa documental por meio de materiais conectados ao tema. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, pois estas oferecem perspectivas para que o entrevistado alcance a espontaneidade e a liberdade necessárias para auxiliar no enriquecimento do estudo (TRIVIÑOS, 1987).

As entrevistas ocorreram entre setembro e dezembro de 2021, e ao todo foram 25 entrevistados. É pertinente mencionar que as entrevistas foram realizadas durante o cenário pandêmico da COVID-19, por este motivo, houve dois formatos: presencial e remoto. Os entrevistados foram: o ex-secretário de planejamento do município (duas entrevistas de modo remoto), os engenheiros responsáveis pela construção dos empreendimentos (modo presencial), 22 moradores, sendo 11 de cada conjunto construído pelo Programa (modo presencial). Para as entrevistas com os moradores foi utilizado o conceito de ponto de saturação. Houveram tentativas de dialogar com a Caixa Econômica Federal, porém, a entrevista não foi disponibilizada.

Todas as entrevistas foram autorizadas pelos interlocutores, registradas por meio de gravação e/ou caderno de anotações e posteriormente transcritas. Para a construção da reflexão optamos por utilizar nomes fictícios para os entrevistados, a fim de preservar suas identidades. Como elas ocorreram durante a pandemia, relatos sobre este momento histórico apareceram em diversas narrativas dos moradores dos empreendimentos.

Para a análise dos dados obtidos utilizamos a análise de conteúdo (BARDIN, 1979). As categorias foram definidas a partir de conceitos teóricos já existentes, conforme apresentado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1: categorias de análise

Categoria	Descrição
Território	Identificar os aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais presentes no Conjunto Habitacional Avelino Piacentini e no Residencial Fortunato Perdoncini
Territorialização	Percepções dos moradores sobre o local. Foram consideradas questões referentes à localização, relações sociais, infraestrutura e equipamentos urbanos.
Segregação	Localização dos empreendimentos e a presença de infraestrutura e equipamentos urbanos. Os itens considerados foram: UBS, CMEI, escolas, transporte coletivo, coleta seletiva, mercado, banco, farmácia, opções de lazer, asfalto e iluminação pública.

Fonte: elaborado pelos autores.

A seguir apresentamos os resultados obtidos.

A territorialização no Conjunto Habitacional Avelino Piacentini e no Residencial Fortunato Perdoncini

Este artigo constrói uma inteligibilidade sobre os processos de territorialização dos moradores nos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, em Campo Mourão-PR. Trata-se, assim, de uma narrativa sobre como as ações dos atores sociais produziram um território segregado e como os moradores adaptam-se a sua nova realidade em lutas diárias pela sobrevivência. Reforçamos que os nomes apresentados nessa seção são fictícios.

Os empreendimentos estudados foram o Moradias Avelino Piacentini e o residencial Fortunato Perdoncini, ambos destinados à faixa 1 do Programa. O Moradias Avelino Piacentini, localizado na extremidade da Asa Leste da cidade, foi o primeiro a ser inaugurado, em maio de 2011, com 436 unidades habitacionais. O Residencial Fortunato Perdoncini, inaugurado em fevereiro de 2016, está localizado na Asa Norte de Campo Mourão, também distante da região central. Ele conta com 824 unidades habitacionais (AUTOR, 2022).

Evidencia-se a dimensão política do território do PMCMV pelas relações de poder que o institucionalizaram (HAESBAERT, 2009). Lançado por meio da Medida Provisória nº 459, de março de 2009, e convertido na Lei nº 11.977 de 2009, o Programa foi formulado pelo Governo Federal, mas era competência do Governo local aderir ao PMCMV e adequar-se às suas diretrizes para possibilitar a implementação dos empreendimentos (AUTOR, 2022).

Com base nas entrevistas constatou-se que os atores sintagmáticos responsáveis pela construção dos empreendimentos foram: Governo Federal, Governo local e a construtora. Como exposto por Raffestin (1993), o poder entre os atores que produzem o território é assimétrico. O ator social com maior protagonismo foi a construtora. Ela propôs os projetos e realizou as obras, sendo detentora de poder econômico e conhecimento sobre a legislação vigente, atuou em benefício próprio, visando a maximização do lucro. Tal fato aparece nas narrativas dos representantes da construtora. Jorge Pereira, representante da construtora responsável pela implementação do residencial Fortunato Perdoncini, relata “É que assim, pra

um empreendimento como ele é... um empreendimento de baixa renda, onde você precisa trabalhar os custos menores, aí você procura realmente, né, as margens da cidade, mesmo que seja dentro do perímetro urbano”. Vinícius da Silva complementa:

A maior parte do FAR escolhia terrenos lindeiros, já nessa área [...] o seu lote está lindeiro... contíguo a um terreno urbano. Porque esse terreno urbano tem toda a infraestrutura. [...]. O que você vai fazer, você vai complementar a sua parte. **Então o custo pras concessionárias é muito menor e para prefeitura é muito menor também.** Inclusive a coleta de lixo. Que você vai coletar aqui você já coleta aqui [...]. Antigamente faziam os conjuntos lá na conchinchina, né. Então ia lá três, quatro quilômetros de distância. Ai os cara não pavimentava esse pedaço aqui no meio, ficava intransitável. Hoje não, hoje acabou isso. Se você não levar... por exemplo, hoje a empresa leva esse daqui. Que é chamado de infra não incidente. Porque daí foi incidente que está dentro do perímetro do lote. Isso é incidente. Tudo que estiver fora disso daqui é não incidente. **Aqui é recurso da construtora. Isso aqui a Caixa não financia. Foi uma das coisas que forçou que viesse todo mundo pra próximo da cidade.** Quanto mais ligado a cidade melhor. Menos custo de infraestrutura não incidente (VINÍCIUS DA SILVA, representante da construtora responsável pela implementação do Moradias Avelino Piacentini, grifos nossos).

Os dois relatos evidenciam a preocupação da construtora em maximizar seus lucros. Cabia ao Governo local assegurar o interesse coletivo sobre o interesse privado, no entanto constatou-se uma omissão por parte do município, como pode ser observado no relato de Ricardo dos Santos, ex-secretário de planejamento do município “as pessoas ficaram lá no fim, no limite da ocupação da cidade, tá. Isso é natural também, porque você também vai ter que comprar terrenos mais baratos. Você não pode comprar terrenos nobres, caros para fazer esse tipo de loteamento, né.”. Durante a pesquisa constatou-se que os moradores dos empreendimentos não participaram desta etapa.

Devido ao protagonismo, por parte da iniciativa privada, na produção dos empreendimentos, estes apresentam características de segregação: localização periférica e ausência de equipamentos urbanos. Quanto à localização, ambos os conjuntos foram construídos em áreas periféricas da cidade. Para o projeto ser viável economicamente, houve a flexibilização das leis de uso do solo e zoneamento urbano, favorecendo assim a iniciativa privada ao invés da coletividade. Assim, os empreendimentos foram construídos em zonas de fronteira com a área rural, excluindo territorialmente a população de baixa renda e dificultando o acesso à serviços básicos (FREITAS, 2004) evidenciando assim a dimensão econômica na produção do território (HAESBAERT, 2009) e produzindo uma segregação residencial (GALVÃO, 2007; RIBEIRO, 2003; SABATINI; SIERRALTA, 2004).

As entrevistas com os moradores permitiram identificar a dimensão cultural do território e o movimento de territorialização. Com base nela pudemos apreender o território como produto da apropriação simbólica, bem como, as vivências (HAESBAERT, 2009). Além disso, estas narrativas permitiram uma visão mais real dos empreendimentos, pois entre a inauguração e a data da pesquisa já haviam se passado vários anos. Deste modo, foi possível compreender não apenas o processo de produção desses territórios, mas também, as alterações que ocorreram, desde a inauguração, até os dias atuais. Possibilitando assim, uma apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal (RAFFESTIN, 1993).

No Moradias Avelino Piacentini, apenas os serviços de transporte público coletivo e a coleta seletiva, foram ofertados logo após sua inauguração, evidenciando novamente o processo de segregação deste território. No Fortunato Perdoncini, além das unidades habitacionais, também havia UBS, CMEI, *playground*, quadra, academia da terceira idade, galpão comunitário, transporte público coletivo e coleta seletiva.

O relato do morador Gilberto permite identificar a precariedade inicial da infraestrutura. O asfalto existia apenas no trajeto percorrido pelo transporte público (denominado pelo morador de circular), faltava iluminação e a presença de plantações ainda era evidente:

Isso aqui era tudo soja. Nessa avenida era estrada de chão. [...] essa avenida aqui grande, era tudo terra. [...] Então agora tem o asfalto [...] Ali era tudo terra. Aqui também era tudo terra. Circular vinha pegar no asfalto. Aqui era tudo terra. Depois que eles foram estruturando o bairro [...] era só pra chegar que tinha a estrada de chão lá, né. Agora tudo está asfaltado. [...] Porque era estrada de chão. O acesso era a linha do ônibus, aqui era terra, ninguém andava. Agora não, agora tem acesso, você pode escolher. Fica melhor pra você andar no bairro, mais bonito, mais limpo. Iluminação. Que era tudo escuro, né (GILBERTO, morador do Avelino Piacentini).

Apesar da presença do transporte coletivo, os moradores encontram dificuldades de deslocamento devido aos poucos horários ofertados. Conforme Helena, moradora do Avelino Piacentini, o conjunto é longe. "Eu mesmo agora. Eu hoje, eu precisei vir de a pé lá do meu serviço né [...] eu vim a pé. Deu 2 horas de caminhada."

Essa dificuldade de deslocamento torna-se ainda mais grave nos relatos de Irene e Júlio, respectivamente moradores do Avelino Piacentini e Fortunato Perdoncini. Irene apresenta problemas de saúde e relata não ter como ir à unidade de pronto atendimento (UPA) por falta de condução. A mãe de Júlio é idosa e está enferma. De acordo com ele, quando ela precisa de atendimento na UPA "tem uma sobrinha minha que leva, às vezes chama a ambulância. Às vezes demora [...] É. Às vezes é sofrido um pouco pra ela. Quando não tem ninguém pra levar ela de carro eu levo de ambulância".

Como já mencionado, o Moradias Avelino Piacentini foi inaugurado sem a presença de UBS, escola municipal e CMEI. Contudo, devido a manifestações populares, o conjunto recebeu esses equipamentos urbanos respectivamente nos anos de 2015, 2019 e 2023 (AUTOR, 2022; MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, 2023), demonstrando que os movimentos sociais urbanos podem transformar o território construído (SOUZA, 2010).

Ressaltamos que a inauguração do CMEI ocorreu após a realização das entrevistas. Durante o período da coleta de dados primários, a ausência do CMEI apareceu como um problema, tal fato pôde ser observado no relato da Elis, moradora do Avelino Piacentini e mãe de três crianças pequenas, que ficou anos aguardando uma vaga para os filhos no CMEI "Eu consegui vaga pra eles esse ano. Foi esse ano, né. Desde que eu cheguei aqui eu não consegui vaga. Eles ficaram 2 anos sem estudar. Eu cheguei aqui eles tava com 6 meses... não 4 meses... vai fazer quatro anos. Consegui vaga ano passado, mas aí saiu a pandemia e não foi, né".

O planejamento da escola municipal, já inaugurada quando as entrevistas foram realizadas, demonstrou-se também inadequado. Tal fato pode ser observado no relato da moradora Camila que narra "a escola daqui demorou pra sair. O piá só estudou pouco tempo. Usou um ano. Não tinha vaga".

Nota-se que na construção dos empreendimentos a questão territorial, que envolve aspectos econômicos, culturais e relações sociais, foi negligenciada. Deste modo, mesmo ao se apropriar deste território, os moradores enfrentam dificuldades de acesso a pontos importantes para o cotidiano: local de trabalho, prestação de serviços de saúde e educação.

Outro aspecto que foi negligenciado na produção do território foi o socioambiental. Durante as entrevistas com os moradores do Residencial Fortunato Perdoncini, quando questionados se frequentavam a área de lazer do empreendimento, a maioria respondeu que preferia ir ao parque do bairro vizinho para fazer caminhadas, levar as crianças para brincar ou utilizar a academia da terceira idade. A moradora Karina diz "A gente vai ali no bosque [no bairro vizinho]. A gente leva as crianças lá pra brincar. Lá a gente vai."

Aprofundando o diálogo, percebeu-se que o município e a construtora desconsideraram a estrutura física do local. O galpão comunitário, *playground* e academia da terceira idade ficam na última rua do conjunto, em uma região mais baixa. Deste modo, para chegar ao início do conjunto é necessário subir a rua, porém, é íngreme. A moradora Eliane narra “pra ir vai bem, pra voltar tem a subida” e o Júlio complementa “eu tenho preguiça de descer lá”.

Apesar das adversidades encontradas no novo território, os moradores do Moradias Avelino Piacentini e Residencial Fortunato Perdoncini territorializam os empreendimentos e constroem sua territorialidade. A expressão “me acostumei” apareceu em diversas entrevistas. Os moradores de ambos os conjuntos relatam terem se adaptado à nova realidade e rotina apesar da distância, como narra a moradora Helen:

Agora tá fácil. No começo foi meio difícil, porque daí tudo era longe né. Agora tem o mercado ali perto né, mais perto da gente. Pra eles [crianças] ir pra escola meu menino vai de ônibus escolar. Ai para ir trabalhar eu vou de carro, mas no começo foi difícil [...] Longe né. Agora tá mais fácil. Agora acho que a gente já se acostumou também com a distância, né. Ai até parece que é perto até as coisas agora. Mas no começo foi difícil (HELEN, moradora do Fortunato Perdoncini).

A ausência de outros equipamentos urbanos também é mencionada pelos moradores. No Fortunato Perdoncini, eles narram que gostariam que o local tivesse farmácia, lotérica e posto de combustível. No caso do Avelino Piacentini, a principal reivindicação é uma área de lazer, os moradores citam parque para as crianças e academia da terceira idade.

No Moradias Avelino Piacentini, emergiu um aspecto importante: a sensação de que o conjunto habitacional não pertence à cidade de Campo Mourão, como se fosse algo em outro território. Esta sensação de não pertencimento evidencia-se nas narrativas do Kaic e da Helena. De acordo com Kaic “[...] aqui faltava um mercado bom. Mais... maior. Tem [mercadinho de bairro]. Tudo preço alto também né. [quando precisa fazer compra] a gente vai lá pro lado da cidade lá”. A Helena afirma “eu vou pra cidade” quando precisar ir ao mercado ou a alguma loja.

Apesar das adversidades, os moradores responderam que pretendem permanecer residindo nos empreendimentos. Alguns demonstram insatisfação com o território, como Eliane, moradora do Fortunato Perdoncini, que afirma: “não gosto de morar aqui não. É longe. Tudo é no centro. É complicado. Pra quem trabalha é complicado.” Também notamos que alguns moradores possuem uma ligação com o local de moradia anterior, como a Irene, moradora do Avelino Piacentini: “eu tinha vontade... [de se mudar] meu marido mesmo falou e eu falei. Se eu tivesse condições...se eu achasse assim como vender, eu ia vender e comprar em outro lugar mais perto [...] mais perto do centro. Porque aqui mesmo eu não tenho ninguém, parente, que more.” Ainda assim, a intenção de permanecer na unidade habitacional é unânime.

O principal fator para desejar a permanência, mesmo com insatisfação, é a ideologia da casa própria. De acordo com Arantes e Fix (2009), no Brasil a casa própria possui um papel amortecedor diante das incompletudes do sistema de proteção social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego, permitindo uma velhice mais digna e segura. Silva (2017) complementa ao afirmar que, especialmente para trabalhadores de baixa renda, que não conseguiriam adquirir a casa própria por meio de seu salário, ser contemplado por uma política habitacional é significado como uma dádiva, mesmo que construída em condições periféricas. Esse fator cultural foi percebido em diversas narrativas dos moradores. A afirmação da Camila, moradora do Avelino Piacentini, ilumina bem esta realidade, ela diz que se mudou para o conjunto por ter sido contemplada com “a casa própria. Eu não sabia onde era a casa. O importante era não pagar aluguel”.

Por fim, é relevante ressaltar que há moradores satisfeitos com o território que residem. Alguns relatos demonstraram que a ocupação do território gerou identidade para eles (SOUZA,

2012), como observa-se na narrativa do Gilberto, morador do Avelino Piacentini: “os vizinhos é tudo bacana, tudo gente conhecida. Todo mundo se conhece. Aqui é muito gostoso.”.

Considerações finais

Este estudo visou compreender o processo de territorialização dos moradores dos empreendimentos do PMCMV, faixa 1, em Campo Mourão-PR. Identificou-se que os territórios dos empreendimentos foram produzidos pelos atores sociais com maior poder: Governo Federal, Governo local e construtora. O poder local, que deveria favorecer o interesse coletivo, omitiu-se durante o processo e permitiu que a construtora fosse a protagonista. Assim, os empreendimentos foram implementados favorecendo o interesse privado.

Identificou-se também que os aspectos territoriais foram negligenciados nesta produção, impactando negativamente a vida dos moradores contemplados pelo Programa. Os empreendimentos foram construídos em regiões periféricas e com o mínimo de infraestrutura, desconsiderando inclusive aspectos geográficos do local, como por exemplo, ao construir a área de lazer no fim de uma rua íngreme. Além disso, reforçou-se a distância entre as moradias das classes sociais de menor e maior poderes aquisitivos, bem como, obrigou as classes menos favorecidas a residirem distantes de seus locais de trabalho e de equipamentos e serviços urbanos de qualidade.

Apesar das adversidades, os moradores contemplados pelo PMCMV, territorializam e constroem suas territorialidades nos empreendimentos. Observa-se que diariamente eles aprendem a conviver com os desafios ocasionados pela segregação gerada na construção do território. Mesmo afastados do centro da cidade e longe de diversos serviços e equipamentos urbanos, necessários para uma boa qualidade de vida, esses moradores criam novas relações sociais e novas relações com o próprio território. Também percebeu-se que a manifestação dos moradores junto ao poder público permitiu que melhorias fossem realizadas nos empreendimentos, proporcionando assim melhores condições de vida para os que ali habitam.

O estudo contribui para a compreensão dos impactos do PMCMV em um município de médio porte. Evidencia-se que os aspectos territoriais foram desconsiderados na formulação da política habitacional, sendo, portanto, negligenciados em sua implementação.

Por fim, o estudo contribui com a área dos Estudos Organizacionais ao ampliar a compreensão sobre a cidade a partir dos conceitos de território, territorialização e territorialidade. Ao analisar as entrevistas, as dimensões do território (político, econômico, cultural e socioambiental) são refletidas, tanto nas narrativas de como o território foi produzido, quanto nas vivências dos moradores dos empreendimentos. Assim, avança nas discussões sobre a cidade enquanto produto da intervenção do espaço ao considerar tanto os atores sociais produtores do território, quanto os indivíduos influenciados por essa produção.

Referências

ABRAINCA - Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias. Acompanhamento de indicadores Programa Casa Verde e Amarela. Disponível em < <https://www.abrainc.org.br/casa-verde-e-amarela/2022/09/29/relatorio-de-indicadores-do-casa-verde-e-amarela/> > Acesso em 03 de janeiro de 2024.

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para Iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z; RUFINO, M. B. C. (Org.) **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida. 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p.11- 27.

ARANTES, P. F.; FIX, M. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. **Correio da Cidadania**, 2009.

BARBOSA; L. E; FERREIRA, A. C. Percepção dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida de São Gotardo – MG. **Desafio online**, v. 5, n. 3, p.403-428, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2010.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003

CALIXTO, M. J. M. S; REDÓN, S. M. O programa minha casa minha vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO, M. J. M. S; REDÓN, S. M. (Orgs.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. Porto Alegre: TotalBooks, 2021.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET M. A.; SPOSITO E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 315-340.

CHAVES, G. A. D. S. **Segregação socioespacial e programa “Minha Casa, Minha Vida”**: uma análise do Residencial Pequis em Uberlândia-MG. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

DAMASIO FILHO, M. A. **O Programa Minha Casa Minha Vida e as perspectivas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R)**: uma análise do condomínio residencial Irajá, no distrito de Iguatemi, em Maringá – PR - 2018. 228f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In.: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2018.

DOURADO, J. SOBRINHO, F. L. A. O processo de periferização da habitação financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida. *Sociedade e Natureza*, v.32, p.740-751, 2020.

FREITAS, E. L. H. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares**. 1 ed. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

GALVÃO, A. A. **Condomínios horizontais fechados: segregadores ou segregados?** - Um estudo de caso no município de Maringá – PR. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, 2023, p. 1-7.

AUTOR (2022). Removido para avaliação cega.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama- Campo Mourão.

KLINTOWITZ, D. C. **Entre a reforma urbana e a reforma imobiliária a coordenação de interesses na política habitacional brasileira nos anos 2000**. 2015. 356 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós – Graduação em Administração, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP-FGV, São Paulo, 2015.

LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. **Democracia, arenas decisórias e políticas públicas**: O Programa Minha Casa Minha Vida. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

MARTINS, C. L.; OLIVEIRA, V. C. S.; SANTOS, G. J. dos. Externalidades do Programa Minha Casa Minha Vida na visão de não beneficiários: Um estudo sobre dois empreendimentos de Volta Redonda (RJ). **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 20, n. 58, p. e10126, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.10126. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10126>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sobre o programa minha casa minha vida. Ministério das Cidades. Disponível em < <https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/habitacao/programa-minha-casa-minha-vida/sobre-o-minha-casa-minha-vida-1> > Acesso em 04 de janeiro de 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Sistema da Habitação - Sishab. Consulta relatório executivo. Disponível em http://sishab.mdr.gov.br/novo_executivo/filtro > Acesso em 12 de abril de 2021.

MOREIRA, V. DE S.; EUCLYDES, F. M.; MARTINS, A. DE F. H. Uma década de Minha Casa, Minha Vida: análise da produção científica sobre o Programa. In: ENANPAD- ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 43., 2019, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ANPAD, 2019, p. 1-16

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO. Inauguração de novo CMEI marca volta às aulas na rede municipal. Disponível em <

<https://campomourao.atende.net/cidadao/noticia/inauguracao-de-novo-cmei-marca-volta-as-aulas-na-rede-municipal>> Acesso em 11 de janeiro de 2024.

PACHECO, J. T. R.; KAWANISHI, J. Y. SCHEFFER, S. M. Programa Minha Casa Minha Vida: avaliação pós-ocupação do residencial Esplendore em Ponta Grossa -PR.

Desenvolvimento em questão, [S. l.], v. 20, n. 58, p. e10126, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.10126. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/271>.

Acesso em: 5 jul. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

RIBEIRO, L. C. D. Q. et al. Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. **Educação e Sociedade**, v. 37, n. 134, p. 171–193, 2016.

RIBEIRO, L. C. DE Q. Segregação residencial e políticas públicas análise do espaço social da cidade na gestão do território cidades. **Cidades Comunidades e Territórios**, n. 6, p. 33–50, 2003.

RODRIGUES et al. A des(re)territorialização a partir de programas habitacionais. **Contribuciones a las ciencias Sociales**, v. 17, n.1, p.1636-1656, 2024.

ROLNIK, R. et al. **Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida?** Implementando os instrumentos do estatuto da cidade. Brasília: Ministério das Cidades/Observatório das metrópoles, 2010.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 33, p. 127–154, 2015.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: **Los barrios cerrados en Santiago de Chile: entre la exclusión y la integración social**. Santiago: Instituto de Geografía, PUC, Chile, 2004. p. 169–195.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, F. M. **Entre a segregação residencial e a ideologia da casa própria: a implementação do PMCMV nos Distritos de Iguatemi e Floriano em Maringá -PR**. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVA, F. M. et al. O Processo de Territorialização a partir de uma Política Pública: o caso dos moradores contemplados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) no Conjunto Habitacional Pioneiro José de Oliveira no Distrito de Floriano, em Maringá-PR. **Revista NAU Social**, v.7, n.13, p. 79-102 nov 2016 / abr 2017.

AUTOR (2020). Removido para avaliação cega.

SOUZA, G.; BARBOSA, G. A dualidade das ações públicas como indutora da segregação residencial carioca. ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 15., 2014. Maceió. **Anais...** Alagoas, 2014.

SOUZA, M. L. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Revista Cidades**, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.